



Às dezesseis horas do dia vinte e seis do mês de novembro do ano de dois mil e 1 2 dezenove, em dependências do Mercado Municipal de Lorena (Edifício Antonio Borges Escada), estabelecido na Avenida Capitão Messias Ribeiro, nº 211, Vila Celeste, em 3 Lorena, São Paulo, em atendimento à convocação do Presidente do Conselho da Cidade, 4 Marcos Aurélio Souza Anjos, no uso de suas atribuições legais, os integrantes do 5 Conselho Municipal de Política de Desenvolvimento Urbano, conforme lista de 6 7 presença anexa, com objetivo de realizar a terceira reunião extraordinária do ConCidade 8 Lorena, reuniram-se em caráter ordinário para tratar da seguinte pauta: (1) Informes da Presidência: 1.1. Justificativas de ausência; (2) Ordem do Dia: 2.1. Apresentação e 9 10 deliberação sobre proposituras da população para revisão da LUOS. A reunião se inicia com a assinatura da lista de presença, quando os conselheiros firmam e anotam nome 11 completo na linha destinada à instituição que representam. Nesse momento é distribuído 12 aos conselheiros titulares e aos conselheiros suplentes no exercício da titularidade um 13 cartão azul, tamanho A5, devidamente identificado com o nome da instituição 14 representada, para que seja utilizado nos momentos de votação e para o ato de 15 solicitação de inscrição para fazer uso da palavra. Após o credenciamento, o Senhor 16 Marcos Anjos, presidente do ConCidade Lorena, assume a direção dos trabalhos, 17 nomeia o Sr. Eduardo Venanzoni como secretário da presente reunião e inicia os 18 informes gerais, anunciando as seguintes justificativas de ausência: União Protetora dos 19 20 Animais (UPA). Ato contínuo, o presidente dá início a ordem do dia. O Presidente relembra que na reunião anterior - 23ª ordinária - houve avanço na deliberação das 21 22 proposituras, sendo apreciadas pela Plenária 12 (doze) de 19 (dezenove) propostas consideradas pelo GT-LUOS como pertinentes ao tema e que, portanto, iniciará a 23 24 apresentação das proposituras a partir da décima terceira, que consiste na diretriz de ocupação controlada das glebas urbanas passíveis de parcelamento de solo próximas as 25 áreas de preservação permanente (APP), a partir da constituição de lotes de 500m² no 26 mínimo com taxa de permeabilidade de pelo menos 70%, com parecer favorável do GT-27 28 LUOS com ressalvas, entendendo ser importante o maior controle do parcelamento, 29 ocupação e uso destas glebas, porém questionando se os índices sugeridos não são inexequíveis, a saber lote mínimo de 500 m² (quinhentos metros quadrados) e taxa de 30



permeabilidade mínima de 70% (setenta por cento). O presidente Marcos Anjos abre a 31 32 discussão. O Sr. Mário César (AMICE) diz que pensa que os índices propostos são 33 exagerados e questiona o que é ser próximo a APP. O Sr. Marcos responde que é a faixa de terra dentro da zona urbana, passíveis de parcelamento do solo, situadas entre a 34 mancha urbana consolidada e o limite da APP do rio Paraíba do Sul, que é de 100 m 35 (cem metros). O Sr. Celso (APEOESP) pergunta se é possível identificar de quem é a 36 proposta. Sendo informado que a autoria é da Secretaria de Meio Ambiente (SEMEAR), 37 solicita que a mesma se manifeste para explicar melhor a proposta. O Sr. Vanderlei 38 39 (SEMEAR) diz que a grande preocupação da secretaria com essas áreas é que as ambientais existentes são incompatíveis com uma 40 fragilidades impermeabilização do solo que pode ser causada pelo adensamento habitacional, que 41 sobrecarregará o sistema de drenagem da cidade e que, sendo assim, lotes maiores com 42 ocupação de baixa densidade se mostra como uma medida de equilíbrio entre a 43 expansão urbana e a proteção ambiental. A Sra. Maria Guiomar diz que acha válida a 44 proposta, entretanto também pensa que os índices propostos pela SEMEAR precisam 45 ser revistos. Encerrada a discussão, o presidente coloca em votação o parecer do GT-46 LUOS, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente apresenta a décima quarta 47 48 proposta, que consiste em estabelecer índices urbanísticos diferentes para cada região da cidade, considerando as especificidades das diferentes realidades e no caso de 49 condomínios horizontais, a sugestão de taxa de ocupação máxima alterada de 50% para 50 70%, com parecer favorável do GT-LUOS no sentido de mesclar o sistema de 51 zoneamento por vias com o sistema de zoneamento por zonas, considerando as unidades 52 territoriais de planejamento estabelecidas no Plano Diretor e, além disso, sobre a 53 questão dos condomínios, considerar para cálculo dos índices a área total da gleba. O 54 presidente coloca em discussão. Não havendo discussão, o parecer do GT-LUOS é 55 aprovado por unanimidade. O Presidente apresenta a décima quinta proposta que sugere 56 repensar a questão do estacionamento obrigatório para edificações na área central, sendo 57 58 o parecer do GT indicativo para ampliação da discussão em plenária para deliberar se o estacionamento continuará sendo obrigatório para todos os tipos de edificação em toda a 59 cidade. A Sra. Jaci Mara (SECPLA) salienta que o texto da lei atual diz que os imóveis 60 situados em vias do tipo V.A. (via de acesso) e U.V.1 (unidade de vizinhança do centro) 61





62 com até 200 m² (duzentos metros quadrados) ficam dispensados do recuo frontal e de oferecer vagas de estacionamento. O presidente concede a palavra ao Sr. João, cidadão e 63 64 proprietário de uma loja no centro da cidade, que diz que está presente na reunião justamente por conta desta discussão. O Sr. João pondera que no centro moram muitos 65 estudantes e que há interesse dos proprietários de imóveis em ampliar os edifícios para 66 oferecer unidades habitacionais para esse público, sendo que a obrigatoriedade de uma 67 68 vaga para cada unidade realmente inviabiliza muitos empreendimentos desta tipologia ou para serem realizados precisarão conter um estacionamento no térreo, deixando de 69 70 ter uma loja que geraria empregos. O Sr. João defende a ideia de que o centro seja mais bem observado e o comércio seja fortalecido, permitindo que as edificações ocupem até 71 72 o limite do lote, no alinhamento com a via, propondo o recuo opcional. O Sr. João também pontua a necessidade de se regulamentar o estacionamento rotativo (zona azul), 73 pois muitos colegas comerciantes ocupam as vagas públicas durante o horário 74 comercial, prejudicando os consumidores. A Sra. Carolina (SMTT) pontua a 75 76 preocupação com o adensamento construtivo no centro sem contemplar o estacionamento dentro do próprio lote e propõe que seja feito um estudo no sentido de 77 criar uma regra proporcional ao tamanho das unidades habitacionais, como 78 79 apartamentos de até 46 m² (quarenta e seis metros quadrados) é obrigatório uma vaga de garagem para 80% (oitenta por cento) das unidades, deste modo se garante uma taxa 80 mínima de vagas particulares e retira a pressão sobre as vagas públicas. O Sr. Marcos 81 Anjos informa que a "zona azul" já está autorizada pelo Legislativo e será implantada 82 pelo Executivo no primeiro semestre do próximo ano. A Sra. Ingrid (COMMAM) 83 pontua que a decisão deva ser técnica. Encerrada a discussão, o Sr. Marcos questiona se 84 a Plenária tem condições de votar essa questão ou se prefere retornar a discussão para o 85 GT-LUOS. A Plenária aprova por unanimidade retornar a questão para o GT-LUOS. O 86 Presidente apresenta conjuntamente a décima sexta e décima sétima proposituras, sendo 87 uma que consiste na criação de uma Zona Especial de Interesse Turístico - ZEIT - em 88 89 uma porção da zona rural que faz limite com a zona urbana (Fazenda Vista Alegre -Após o Campinho) para ocupação de baixa densidade (chácaras de recreio) e outra na 90 criação de uma Zona de Desenvolvimento Econômico Sustentável – ZDES – em uma 91 porção da zona rural que faz limite com a zona urbana (Bairro Angelina - margens da 92





BR 459, avibrás – fazenda amarela) para uso industrial e tecnológico (pequenas e 93 94 medias empresas e usina de energia solar), ambas com parecer do GT-LUOS indicativo 95 para ampliação da discussão em plenária, pois envolve expansão do perímetro urbano. Em discussão, o Sr. Mário César (AMICE) questiona se com a expansão da zona 96 97 urbana, todas as propriedades incluídas no novo perímetro passam a pagar IPTU. O Sr. Marcos pontua que se a propriedade estiver no perímetro urbano e se a região contiver a 98 infraestrutura urbana mínima instalada e funcionando, deverá pagar IPTU e não mais 99 ITR. A Sra. Ingrid (COMMAM) diz que esse assunto deve ser mais debatido e sugere 100 101 uma discussão mais profunda em audiência pública específica. O Sr. Enio questiona se a 102 cidade teria uma área mais adequada para esses dois tipos de atividades, pois entende 103 que a expansão do perímetro urbano em função do interesse do empreendedor não parece ser razoável, pois pode ocorrer de outros empreendedores, mais distantes ainda, 104 105 solicitar o mesmo direito. O Sr. Marcos pondera que alguns usos, como os industriais no caso, causam ruídos que causam prejuízos a vizinhança urbanizada, sendo essas áreas 106 107 mais distantes adequadas para instalação de polos de empresas. A Sra. Rosana 108 Montemor, presidente do COMMAM pontua que o perfil dessas áreas apresentadas já é 109 de atividades de lazer, recreação e empresarial. A Sra. Bárbara (UNIFATEA) ressalta 110 que a proposta é de se estabelecer uma porção urbana com características especiais que não são equivalentes ao centro, por exemplo. Devido ao avançado da hora, o Sr. Marcos 111 Anjos sugere que essas duas últimas propostas sejam retomadas na próxima reunião 112 ordinária do mês de dezembro. A Plenária acata essa sugestão e solicita ao presidente 113 que antecipe as outras propostas que ainda não foram apresentadas. O Sr. Marcos 114 115 informa que além destas duas, há apenas mais uma propositura, a décima oitava, que propõe o uso sustentável nas glebas ao redor do CSU – uso misto residencial / comercial 116 / lazer / institucional, com parecer indicativo do GT-LUOS de ampliar a discussão na 117 Plenária, pois envolve a alteração do Plano Diretor: Macroárea de Preservação 118 Ambiental para Macroárea Urbana, onde é possível haver parcelamento do solo. 119 120 Encerrada a pauta, o presidente, às 17h00, dá por encerrada a presente reunião, agradece a participação de todos e convoca os conselheiros para a próxima reunião ordinária a 121 122 ocorrer no dia 17 de dezembro, terça-feira, às 16h00, no mesmo local. Além dos conselheiros, esteve presente nesta reunião a Engenheira Jaci Mara dos Santos Lopes 123





| 124 | (conselheira suplente), Luciane Alexandre de Oliveira (conselheira suplente), Ana |
|-----|--|
| 125 | Carolina Sazo Tana (conselheira suplente), além do cidadão João Bastos Filho; |
| 126 | Registra-se que o quorum foi verificado durante toda a reunião; o registro de presença |
| 127 | consta no Anexo I desta ata. Eu, Eduardo Venanzoni secretariei a reunião e lavrei esta |
| 128 | ata, que vai assinada pelo Presidente e por mim. Lorena, SP, vinte e seis de novembro |
| 129 | de dois mil e dezenove. |





ONCIDADE LORENA

EFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

| NOME DO(A) CONSELHEIRO(A) | ASSINATURA |
|---------------------------|---|
| MAKES ANTES | ** |
| Eduarda Venaniani | 5 Courtons |
| JELson Pan NETS | |
| ELSO DIMARTE LOCUA GESAR | (Tubinothoussor |
| dire autana books | a John R. |
| Ausenk | 01 |
| Moria Guiline OPR Mes | |
| Ausenk | } |
| Rosemany de S.F. Laura | 19th amon |
| Vanderle Barbesa Signeria | Bhare |
| 7 3 7 0 3 | MANGES ANJER Edwards Whomani Netror Pan Net, Relise Vingere Hocus Casae Ausente Rasand Carling Off Nes Ausente Rasand de S. F. Courc Vanderle Boslova Signers |





NCIDADE LORENA

DE

FEITURA

R

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

| Mezanino do Mercado | Mezanino do Mercado Municipal de Lorena - 26 de novembro de 2019 | |
|---|--|-----------------|
| INSTITUIÇÃO | NOME DO(A) CONSELHEIRO(A) OU CIDADÃO | ASSINATURA |
| | | 7 |
| ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO CENTRO DE LORENA (AMICE) | JULES ZOUND JOSEN | Min |
| ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO PARQUE MONDESIR (AMA MONDESIR) | Muma Cartra , Whe Marcon le | Thun C |
| UNIÃO PROTETORA DOS ANIMAIS (UPA) | Ausenk | |
| ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE LORENA (ADEFIL) | Jenas Debelow | Mysight Jamesey |
| ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE LORENA (AEAL) | BOXI'SO HORTA M. R. BRAND | Shiff I |
| POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF) | Ausenk | |
| Secularia Mun Suide - Supkuh | Lucian Olexanou a Riju'u | Link |
| and Dawling Save Towa | SECOND | |
| CI DA DAO | Ma Rock Elle | |
| SECPLA | VACI MARA 705 SANTOS LOPES | Strant Control |





DESERVOEVIMENTO ORDANO DE EORENA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2019

ONCIDADE LORENA

RA

EITU

REF

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

| Auxnk ADODESÃO PROF. CELES AVENSTO PENE OMERCIO) Auxnk ORENA ORENA ENIO E ROGS COMMONO TOGGE SUNCO LA SUNCO | INSTITUIÇÃO | NOME DO(A) CONSELHEIRO(A) | ASSINATURA |
|--|---|-------------------------------|------------|
| Auxale Place Calso Avente Place Calso Avente Avente Avente Avente Avente Avente Avente Sabaue 3. Juliano Munes Trandelura Schnoor Luins Tr | SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL | Ausenk | ſ |
| Place Calso Avanta Place Calso Avanta Avanta Avanta Avanta Avanta Soubaua S. Julianuo Munes Trandelura Schnoor Kurus | CÂMARA MUNICIPAL DE LORENA | Auxak | 1 |
| Prof. CELSO AVENSTO PERENAA Aventa ENTO E ROOS COMMOND STINA Bould ave 3. Juliano Munes Transletina Schnoor Kunss | CÂMARA MUNICIPAL DE LORENA | Pokok | 0.0 |
| Ausenk ENIO Exerts common on sinur Babaua S. Juliano Munes Ausend Elema Schnoos Kinns Touca Guioman The windley (1) and | SINDICATO DOS PROFESSORES DE ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP) | PACF. CELSO AVENSTO PENEURA | M |
| Ausenk CONTO 2. ROUS COMMONO SI STUM BOULD ON S. SOUNA BOULD ON S. SOUNA Transid Elema Schmoor Harrins The court quiernand Munder Thought quiernand Munder The court quiernand Munder | SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE LORENA (SINCOMERCIO) | Ausenk | 1 |
| CENTRO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (EEL-USP) CENTRO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (EEL-USP) CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'ÁVILA (UNIFATEA) CONSELHO MUNICIPAL DE MEJO AMBIENTE (COMMAM) CONSELHO MUNICIPAL DE MEJO AMBIENTE (COMMAM) CONSELHO MUNICIPAL PORTBOSO des dures Transact Transac | SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE LORENA (SINCOMERCIARIO) | Brenk | 1 |
| CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (COMMAM) CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (COMMAM) CONSELHO MUNICIPAL POPIDOSO des déveis 1 parie quience quience 1 males (papier le la conselho municipal popidos des déveis 1 parie quience 1 males (papier la conselho municipal popidos des déveis 1 parie quience quience 1 males (papier la conselho municipal popular des déveis 1 parie qui parie de la conselho municipal popular des déveis 1 parie qui parie de la conselho municipal popular de la conselh | ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (EEL - USP) | ENIO & ROOFS CONTRAGO & SILVA | Billion |
| CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (COMMAM) Travid Elura Schmons Liurus CONSELHO MUNICIPAL DO HOOSO des diviei Toque Guioman Munder (Haller | CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'ÁVILA (UNIFATEA) | Jakana S. Juliano Mines | () |
| CONSELHO MUNICIPAL BOHDOSO der diviei To James Thunkey Windley Williament | CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (COMMAM) | Ingrid Elina Schnoon Kurus | |
| | CONSELHO MUNICIPAL BOTBOSO des direi | Touc guisman M Junday | Tolera |





CONCIDADE LORENA

DE

EFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

